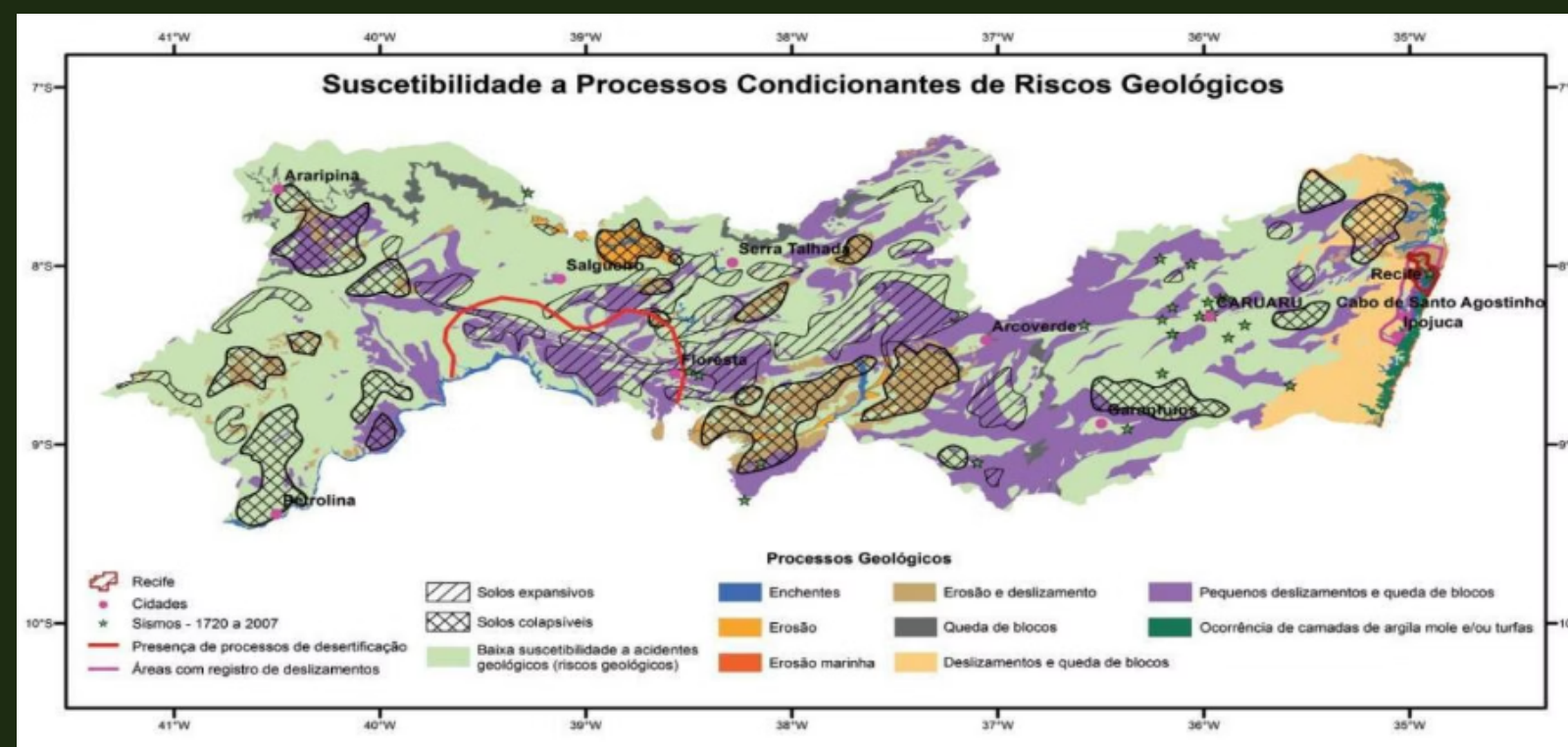


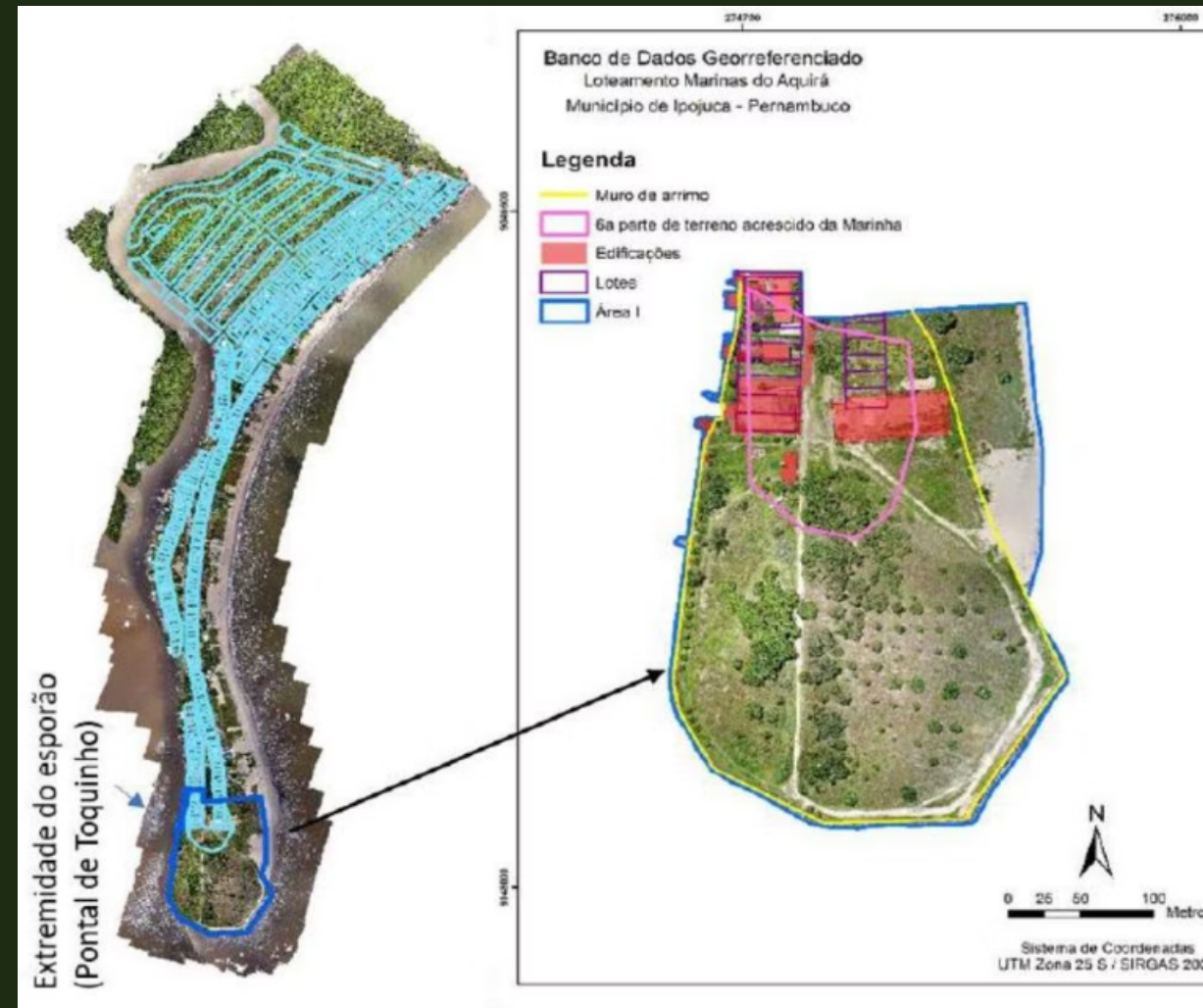
Ação Civil Pública para **REPARAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS** causados à **PRAIA DE TOQUINHO**, no litoral pernambucano, por **empreendimento privado**, que resultou na **condenação inédita em dano moral coletivo**, no âmbito do **TRF 5**, por **infração ambiental**.

Ação Civil Pública do MPF, ajuizada em **13/01/2004** (pje 0000880-06.2004.4.05.8300):

- *reparação e/ou ressarcimento dos danos materiais e morais causados ao meio ambiente no Loteamento Marinas do Aquirá (área da praia de Toquinho e manguezal adjacente em Ipojuca/PE);*
- *a partir de uma série de autos de infração lavrados pelo IBAMA e pela CPRH, Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, durante quase uma década, entre os anos de 1994 a 2001.*

Região com **risco geológico à erosão marinha**, assim como em conjunto com a maior parte do litoral pernambucano.





Danos Ambientais - Área 1

Pontal artificial

Criação de pontal artificial adjacente à praia, por meio de aterro hidráulico, com a construção de **muro de arrimo em faixa de praia** para dar sustentação ao aterro

Aumento da área

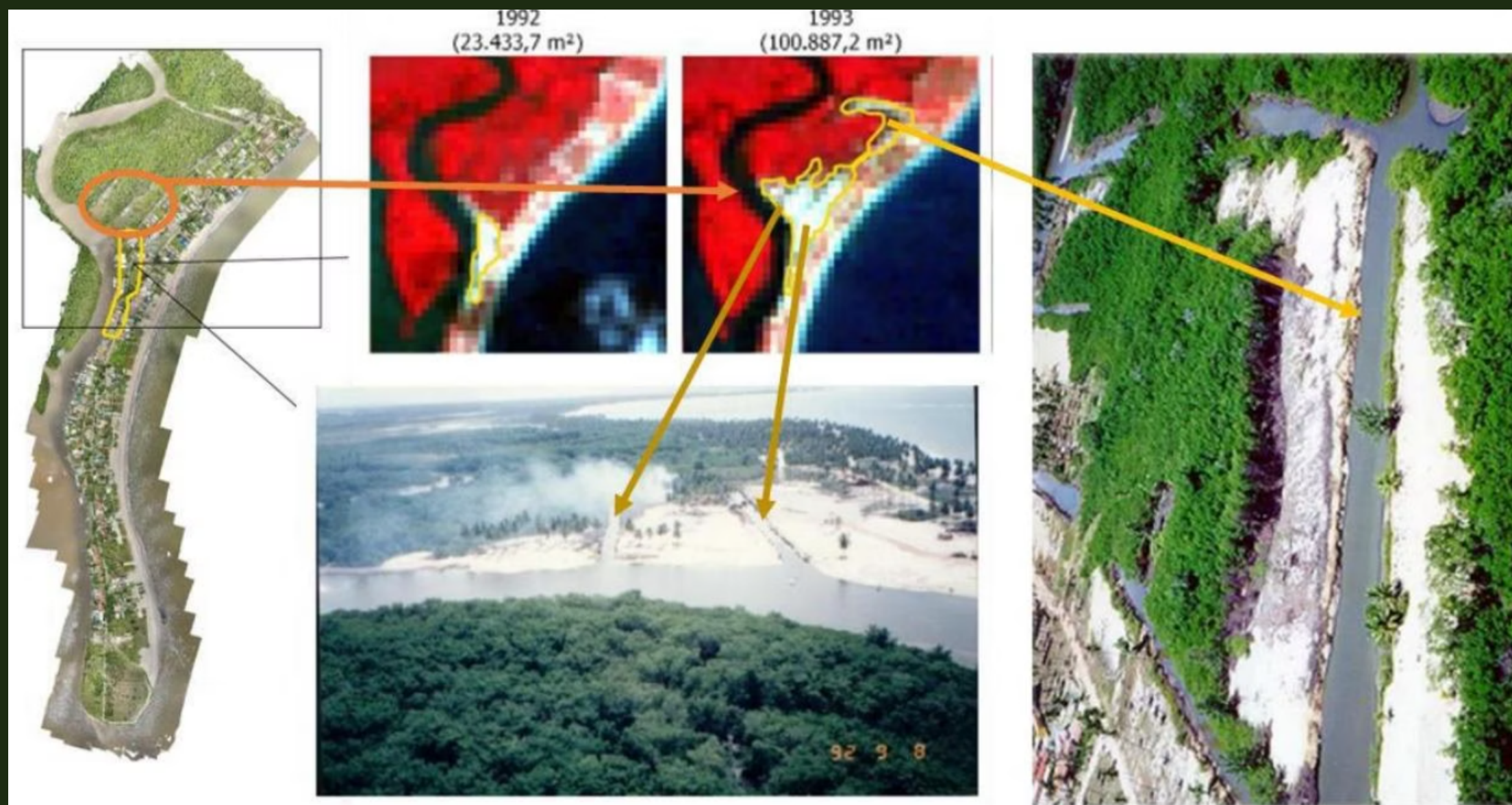
Acréscimo de mais de 5 vezes à dimensão original do loteamento: a área registrada de 14.040,00 m² (1,404ha) pulou para 73.870 m² (7,387ha)



Danos Ambientais - Área 2

Canais artificiais no interior do estuário

Abertura de canais artificiais e aterro de vegetação de mangue, numa área de 116.892,00 m² (11,69ha), no interior do estuário, seguido de aterro hidráulico, com vistas à implantação de novos lotes no Loteamento



Evolução histórica

Entre 1992 e 1993 foi observada a expansão da supressão da vegetação, em consonância com as imagens de sobrevoo obtidas pela CPRH no período (08/09/1992). Nota-se o surgimento dos canais retilíneos artificiais nas imagens



Configuração atual dos canais artificiais na Área 2, observados no ortofotomoisaco de 2022.

Sentença Inicial



Data da Sentença

Em **23/09/2005**, foi proferida sentença julgando totalmente procedentes os pedidos veiculados na inicial



Estudo Técnico

dar prosseguimento, em caráter solidário, ao **estudo técnico** determinado em antecipação de tutela, com equipe multidisciplinar



Proibição de Obras

não fazer obras, construções ou qualquer outro ato de edificação, salvante as obras necessárias para recuperar/mitigar os danos, desde que devidamente autorizadas



Compensação e Mitigação

fazer a reposição do status quo ante das áreas delimitadas na inicial, ou, na impossibilidade de se concretizar tal medida, conforme apurado no estudo técnico-científico, a adoção de **medidas mitigadoras e compensatórias** orientadas por normas técnicas e o **pagamento** da estimativa dos custos **da parcela do dano irrecuperável**

Medidas de Proteção

adotar **medidas de proteção ambiental nas unidades de conservação ambientais a serem indicadas pelo IBAMA**, na extensão reconhecida tecnicamente para essa compensação



Dano Moral Ambiental

pagar **dano moral ambiental**, obedecendo à proporcionalidade da responsabilidade no dano acarretado, a ser aferida no aludido estudo, no montante de **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais)



Anulação da Sentença e Perícia

Anulação pelo TRF 5ª Região

Em **29/07/2010**, anulação da sentença pelo TRF da 5ª Região:

determina a realização de estudo técnico, com o objetivo de delimitar, a extensão do dano ambiental, a possibilidade ou não de recuperação e a definição da responsabilidade de cada um dos réus.

Apresentação do Laudo Pericial

Laudo pericial apresentado em **08/08/2022**, após a substituição de perito nomeado inicialmente e diligências para encontrar profissional com a *expertise* exigida para o caso.

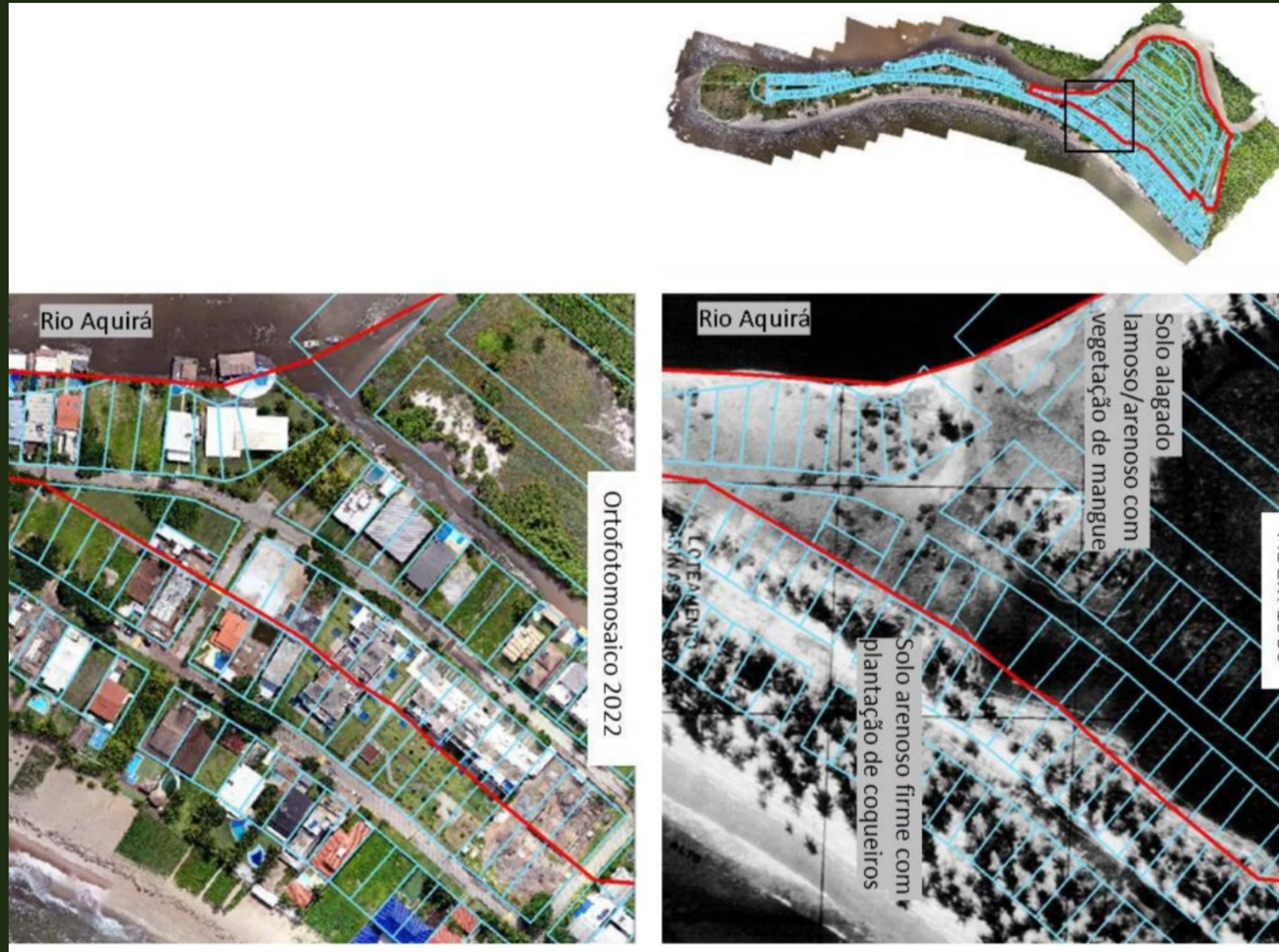
Qualificação da Perita

Perita: ocenaógrafa treinada com recursos do Projeto de Monitoramento Ambiental Integrado (MAI), de controle da erosão costeira em Pernambuco, acompanhado pelo MPF/PR-PE.

Classificação dos Impactos

A perícia classificou os impactos ambientais como reversíveis e mitigáveis/irreversíveis e separou por tipo de intervenção, dimensão dos danos e respectivos responsáveis.

Anulação da Sentença e Perícia





Estratégia Processual e Nova Sentença

Estratégia Adotada

Estratégia: audiência para oitiva da perita e considerações dos assistentes técnicos das partes, com o objetivo de evitar sucessivos pedidos de esclarecimentos e complementações do laudo, em prejuízo ao andamento do processo que se alastrava há quase vinte anos.

Interação com a Procuradora da República, da PRM do Cabo de Santo Agostinho/Palmares, que acompanhava o caso, após redistribuição da ação para o ofício ambiental da capital, que passou a ter atuação estadualizada.

Alegações da Defesa

Preocupação de se manter as obras rígidas, principal alegação da defesa:

- impossibilidade de retorno ao *status quo ante*, pois a retirada do muro e dos canais implicaria o fechamento o condomínio;
- estabilização do meio ambiente local.

Nova Sentença

Em **22/02/2024**, foi proferida sentença, com parcial provimento dos pedidos para:
condenar os réus à reparação integral do dano ambiental, com o desfazimento das obras realizadas e recuperação das áreas, conforme indicação técnica, mediante a apresentação de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (áreas 1 e 2).

Interpostos embargos de declaração para sanar a contradição sobre a ausência de condenação, apesar da gravidade dos danos reconhecida dos danos ambientais, quanto a:

- *medidas de compensação pelos danos interinos e irreparáveis;*
- indenização, a título de dano moral coletivo.

Reforma da Sentença pelo TRF 5



Obrigações de Não Fazer

a condenação dos réus em **obrigação de não fazer**, consistente em se absterem de promover novas obras, construções ou qualquer outro tipo de edificação

Medidas Mitigatórias e Compensatórias

medidas mitigatórias e compensatórias, pelos danos irreversíveis, incluindo-se, obrigatoriamente, a **criação de uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN**

Danos Morais Coletivos

pagamento de indenização por **danos morais coletivos** no valor de R\$ 500.000,00, por cada um dos réus, totalizando R\$ 1.500.000,00 (decisão inédita)

Manutenção Parcial das Obras

afasta a remoção das obras rígidas em três dos sete canais artificiais construídos por servirem a lotes adquiridos por terceiros.





Interação entre Procuradores

Alinhamento Estratégico

Interação com a Procuradoria Regional da República:

Procurador Regional da República, que participou da sessão de julgamento das apelações e fez sustentação oral



Planejamento Conjunto

Procuradora Regional da República titular do caso, para alinhar estratégias recursais e para iniciar o cumprimento provisório do julgado, na pendência dos recursos extraordinários.

Cumprimento Imediato

Dispositivo do acórdão:
Deve-se iniciar o cumprimento das medidas determinadas, imediatamente, diante do tempo já transcorrido desde as primeiras atuações administrativas e de trâmite desta ação judicial (meta do CNJ).



Situação Atual do Processo

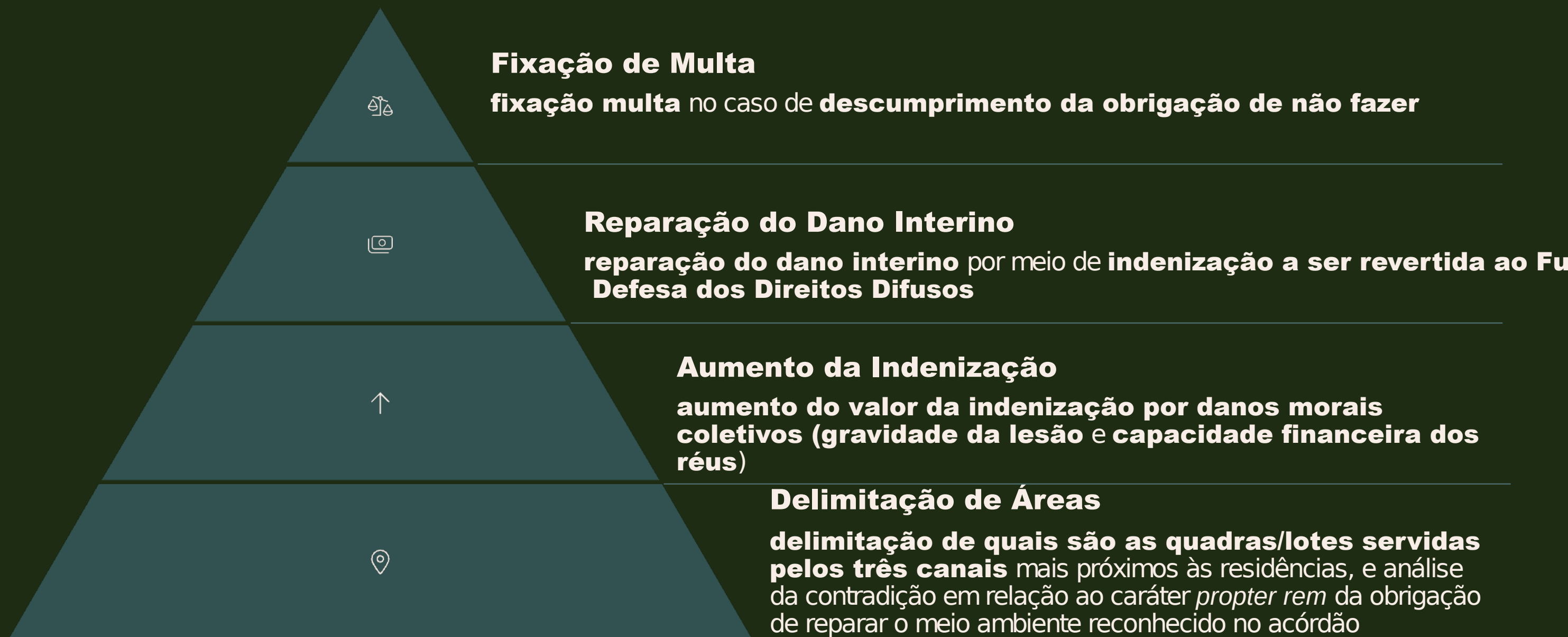


Aguardando J ulgamento

No momento, aguarda o julgamento de embargos de declaração, tanto da defesa como do MPF



Embargos de Declaração do MPF





MONA LISA DUARTE AZIZ



PROCURADORA DA REPÚBLICA

9º OFÍCIO PRPE